

IDENTIDADE CULTURAL E AUTONOMIA NA CHARGE DE ANGELI

Gisele Calgaro

Liliana Covino

Mestrandas do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Gisele Calgaro é bolsista CAPES e Liliana Covino é docente da Universidade Guarulhos.

RESUMO

Nos dias atuais, as fronteiras, sejam elas de classe, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, estão cada vez menos definidas. A vida social torna-se mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens. Cada vez mais se fala da “crise de identidade” do homem pós-moderno, na “homogeneização cultural”, na perda da identidade nacional. Neste trabalho, propomos uma breve reflexão acerca da identidade cultural e da autonomia desse homem pós-moderno, a partir de uma charge de Angeli.

Palavra-chave. Identidade; autonomia; charge.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste trabalho propomos uma breve reflexão acerca da identidade cultural e da autonomia que os sujeitos alcançam, ou não, por meio da educação.

A partir da charge de Angeli, publicada no site <http://www2.uol.com.br/angeli/chargeangeli/chargeangeli.htm?imagem=167&total=235> (acessado dia 15 de julho de 2005), escolhida por ter como tema a educação em nosso país nos dias atuais, buscaremos identificar traços da ideologia transmitida pelo cartunista e sua relação com a autonomia do sujeito da ação representada. Será, também, considerada a situacionalidade em que tal ideologia está inserida e sua relação com a identidade cultural desse sujeito.

Antes, porém, de iniciarmos a análise da charge mencionada, alguns apontamentos teóricos acerca da identidade na pós-modernidade e da autonomia propiciada pela educação deverão ser mencionados.

2 DA IDENTIDADE CULTURAL

Stuart Hall (2005, p. 10) propõe três concepções de identidade, a partir do conceito de sujeito:

- a) sujeito do Iluminismo,
- b) sujeito sociológico e
- c) sujeito pós-moderno.

Segundo Hall (2005, p. 11), o sujeito do Iluminismo era individualizado. “O centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa [... identidade esta que] estava centrada no ‘interior’ do sujeito, nascia junto com ele e permanecia a mesma ao longo de sua vida”. A máxima de René Descartes - “Penso, logo existo” - era a palavra de ordem. O sujeito cartesiano - racional, pensante e consciente - era o sujeito do Iluminismo.

O sujeito sociológico, ao contrário, não era mais um ser auto-suficiente. Refletindo a concepção do mundo moderno, sua identidade era “[...] formada pela interação do eu individualizado e a sociedade” (HALL, 2005, p. 11), pela interação do “interior” (mundo individual) e do “exterior” (mundo público).

Neste aspecto, Silveirinha destaca:

A identidade oscila constantemente entre aquilo que nos torna idênticos a nós próprios e aos outros e aquilo que, ao mesmo tempo, nos torna indivíduos únicos. A identidade é construída neste duplo movimento de assimilação e diferenciação, de identificação conosco e com os outros e de distinção de nós e dos outros. (SILVEIRINHA, 2001, p. 4).

Assim, o sujeito pós-moderno assume identidades diferentes em diferentes momentos de sua história. O indivíduo fragmenta-se em diversas identificações, diferentes papéis, que são definidas historicamente. Na medida em que nos vemos diante de situações e representações culturais diferentes, confrontamo-nos com uma multiplicidade de identidades diferentes.

Segundo Souza Santos (2001), a identidade cultural não é nem rígida nem imutável. É um resultado transitório e passageiro de processos de identificação que, no mundo globalizado, tornaram-se muito mais dinâmicos.

É esta identidade criada pela interação do homem com a sociedade que está sofrendo uma mudança e o olhar que temos sobre esta identidade também está sendo transformado.

No Brasil, sabemos que o hibridismo cultural não começou na pós-modernidade com a chamada globalização. Tivemos nossa cultura descentrada desde o processo de colonização

pelos portugueses, a escravidão de africanos, e a imigração, principalmente, de europeus e asiáticos. A unificação dessas culturas separadas, ainda hoje, é uma *fantasia*. Basta que pensemos na estrutura de poder cultural: nossa nação (assim como todas as outras nações) é composta de diferentes classes sociais e diferentes grupos étnicos e de gênero. *As identidades nacionais [...] não estão livres do jogo do poder, de divisões e contradições internas, de lealdade e de diferenças sobrepostas* (HALL, 2005, p. 65).

Entretanto, a globalização tem, sim, o efeito de contestar e deslocar as identidades centradas: *Na era das comunicações globais, o Ocidente está situado apenas à distancia de uma passagem aérea* (HALL, 2005, p. 81). Na medida em que nações diferentes são postas em interconexão uma com as outras, transformações sociais atingem todo o globo. Estamos suscetíveis a identificações diversas no mundo globalizado onde as fronteiras dissolvidas põem em questão velhas certezas e hierarquias da identidade. A livre interconexão estimula a criatividade no mercado e explora a diferenciação do “local”, apesar de que a globalização é muito desigualmente distribuída entre regiões. *A proliferação das escolhas de identidade é mais ampla no ‘centro’ do sistema global que nas suas periferias* (HALL, 2005, p. 79). Não acreditamos, porém, que a globalização vá destruir as identidades nacionais; é mais provável que vá produzir novas identificações “globais” e novas identificações “locais”.

A identidade cultural de um sujeito se faz a cada dia, a cada identificação que esse sujeito realiza com realidades culturais diferentes. Fala-se em crise de identidade do homem pós-moderno por não haver mais uma identidade “local” unificada e estável; contudo, a crise pode ser vista como algo positivo, como algo a se acrescentar. O homem pós-moderno está diante de tecnologias que o faz conhecer o mundo todo e é impossível passar pela experiência de uma viagem (ainda que virtual) sem se influenciar por ela. Dessa maneira, o homem “local” não perde sua identidade nacional, mas integra a ela outras diferentes.

Temos, portanto, nesse breve apontamento acerca da identidade cultural, o embasamento teórico inicial para uma leitura analítica da charge de Angeli. Antes, porém, trataremos da autonomia do sujeito propiciada, ou não, pela educação.

3 DA AUTONOMIA

A educação nas escolas brasileiras ainda se encontra baseada no "modelo cartesiano" anteriormente mencionado. Por volta do século XVII, acreditava-se que se a natureza e o ser

humano fossem divididos e estudados em pequenas partes, finalmente o todo poderia ser compreendido. Assim, o conhecimento foi dividido em disciplinas que eram estudadas separadamente. A formação de especialistas em cada uma das disciplinas favorecia estudos aprofundados e levavam a descobertas, propiciando condições para que muitos mistérios relacionados a fenômenos do universo, da matéria, da vida humana e dos seres vivos fossem desvendados.

Apesar das descobertas e do progresso científico dos séculos XVIII, XIX e XX, este modelo científico, como afirma Edgar Morin (apud ARAÚJO, 2003, p. 9) trouxe inúmeros inconvenientes, uma vez que houve uma superespecialização, fazendo com que os estudiosos tivessem um conhecimento limitado sobre um determinado assunto, pois o fenômeno a ser estudado era fragmentado, compartimentalizado, isolado do todo.

Tal segmentação do conhecimento, dividido em disciplinas, foi a forma como a educação formal organizou os currículos escolares. Desta maneira, as escolas dividiam as aulas em momentos para desenvolver a mente, outro momento para aprender os conteúdos, outro momento para movimentar o corpo. Da mesma forma, dividia os diversos conteúdos em blocos, chamados disciplinas, pois acreditava-se que reduzindo a realidade em partes mais simples, a compreensão destas partes levaria à compreensão do todo.

Os educadores, ainda hoje, apresentam aos alunos o conteúdo de uma maneira distanciada da realidade concreta, separando o sujeito do objeto do conhecimento. Isto faz com que a educação formal esteja longe das reais necessidades, dos interesses e dos desejos dos educandos. Araújo conclui que:

Desta forma, o aluno acaba deixando de ser considerado um ser complexo, que possui uma história de vida, que traz conhecimentos específicos, que possui desejos e emoções, e passa a ser conhecido como a pessoa que aprende ou não aprende o conteúdo, que faz isto ou aquilo na sala de aula. Muitas vezes, passa a ser tratado como um número em algumas escolas. É considerado 'normal' que professores não saibam nada da vida de seus alunos, o que pensam, o que sentem, como vêm a escola etc. – é a abstração levada à dimensão das relações humanas (ARAÚJO, 2003, p. 16).

Tem-se, desta forma, uma educação uniforme, onde todos devem aprender um mesmo conteúdo, onde não há espaço para a manifestação da criatividade, da individualidade, da crítica. O sucesso é medido pelo quanto cada aluno consegue reproduzir de acordo com o modelo ensinado.

Apesar dos esforços de muitos, no sentido de tornar a educação mais próxima da realidade, nossas escolas ainda reproduzem esse tipo de educação.

Um indivíduo educado dentro desses moldes não é estimulado a arriscar, a refletir, a tomar decisões. Não é, portanto, *autônomo*.

A palavra autonomia aparece definida no *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (1986) como a “faculdade de se governar por si mesmo”. Conclui-se, assim, que um indivíduo autônomo seja aquele capaz de estabelecer objetivos e metas, buscando alcançá-las com liberdade e levando em consideração o que ele achar melhor individualmente, independentemente da opinião dos outros. Aquele indivíduo que seja capaz de escolher seus valores e agir em consequência das decisões tomadas conscientemente, fazendo o seu próprio destino.

Paulo Freire (2000, p 44) acredita que todo o ser humano deva ser autônomo e que seja responsabilidade de todo e qualquer educador ensinar o educando a ser autônomo. Ele defende uma educação progressista, que estimule e possibilite, nas circunstâncias mais diferentes, a capacidade de todo ser humano intervir no mundo. O educador progressista “ensina conteúdos, mas desafia o educando a pensar criticamente a realidade social, política e histórica em que é uma presença”.

Ao ter consciência de sua presença no mundo

[...] o ser humano se tornou uma presença que reconhecendo a outra presença como um “não-eu”, se reconhece como “si própria”. Presença que se pensa a si mesma, que se sabe presença, que intervém, que transforma, que fala do que faz mas também do que sonha; que constata, que compara, avalia, valora, que decide, que rompe. E é no domínio da decisão, da avaliação, da liberdade, da ruptura, da opção, que se instaura a necessidade da ética e se impõe a responsabilidade (FREIRE, 2000, p 112).

Desta forma, a questão da identidade cultural, de que fazem parte não só a individualidade do educando, mas também sua classe, etnia e gênero, é de fundamental importância para a prática educativa progressista. Para tanto, é necessário que o educador evite um ensino verbalista e autoritário e que reconheça que educar exige conscientização e testemunho de vida. A autonomia e a identidade do educando devem ser respeitadas caso contrário, o ensino tornar-se-á “inautêntico, palavreado vazio e inoperante” (FREIRE, 2004, p 69).

Não é possível respeito aos educandos, à sua dignidade, a seu ser formando-se, à sua identidade fazendo-se, se não se levam em consideração as condições em que eles vêm

existindo, se não se reconhece a importância dos “conhecimentos de experiência feitos” com que chegam à escola. O respeito devido à dignidade do educando não me permite subestimar, pior ainda, zombar do saber que ele traz consigo para a escola (FREIRE, 2004, p. 64).

Quando respeitamos a individualidade do educando, podemos reconhecê-lo como um sujeito ativo, capaz de transformar o mundo e passamos a vê-lo como responsável pela construção do seu próprio destino.

A proposta de Paulo Freire leva-nos a acreditar na necessidade de uma educação que trate o educando como um sujeito capaz de construir sua autonomia e sua identidade por meio do diálogo estabelecido com seus pares, com seus professores e com a sociedade, na própria realidade cotidiana em que vive.

É necessário que se tenha uma proposta educativa que promova uma aventura intelectual, que desenvolva o pensamento crítico e reflexivo, que desperte e cultive a curiosidade do educando. Acima de tudo, uma educação que tenha como objetivo ajudar o educando a praticar sua autonomia que é construída no dia-a-dia, a cada decisão tomada, a cada escolha feita.

Nesta seção, tentamos estabelecer um breve panorama da educação levantando teorias progressistas de Paulo Freire, que estão intimamente relacionadas com a identidade cultural e a autonomia do indivíduo, a partir das quais analisaremos a charge de Angeli.

4 DA CHARGE



(Angeli)

Angeli retrata os educandos como sujeitos uniformizados, idênticos, sem características individuais – tais como vistos em nossas escolas. A identidade cultural de cada indivíduo é, portanto, *homogeneizada*; a sociedade exerce uma hegemonia cultural sobre os educandos e todos passam a ser iguais ou, pelo menos, aparecerem iguais!

Paulo Freire critica esta uniformização do educando: em *Pedagogia da Autonomia*, ele destaca que é dever do educador respeitar a identidade cultural e a autonomia de seus educandos; respeitar, antes de tudo, cada indivíduo como um ser único, com experiências pessoais intransferíveis, apesar de serem parte integrante de uma sociedade, de uma coletividade que também deve ser respeitada.

Na busca desesperada pela mudança, vemos os educandos, em plena “crise de identidade”, correndo em busca da inclusão na instituição social que detém o saber formal que lhes abrirá as portas da desejada inserção no mundo do trabalho. Porém, há diferenças gritantes no Brasil, entre as classes, etnias e, ainda hoje, entre os gêneros e nem todos terão iguais oportunidades de acesso.

Nem todos conseguem alcançar o portão antes que ele se feche; nem todos têm a mesma oportunidade de adentrar a instituição e fazer contato com uma nova identificação. Nem todos, infelizmente, conseguem uma vaga no ensino público, ou possuem bens para pagar o ensino particular. Há, nitidamente, um paradoxo entre as fronteiras, cada vez menos

definidas no mundo globalizado, e a constante desigualdade de classes, etnias e gênero em nossa nação. Tal desigualdade faz cair por terra à *fantasia* de lealdade, união e identificação simbólica de uma identidade nacional harmoniosa e coesa.

De um lado temos, então, o educando, sujeito pós-moderno, fruto do hibridismo cultural, que busca desesperadamente a inclusão na escola – sonho de ascensão social; de outro, temos a instituição – opressora e seletiva.

A charge de Angeli – ao retratar a escola como um ambiente opressor: muros altos, sem janelas, portão de ferro com pontas afiadas; portão que está prestes a se fechar e a abandonar uma multidão sem a chance da inclusão no sistema de educação formal, sem a oportunidade de competir no mercado globalizado com aqueles que da escola sairão – expõe um paradoxo e nos leva a uma questão: - Que instituição é essa onde tantos querem entrar apesar de seu aspecto nitidamente opressor?

Entendemos a relação da escola com o ambiente opressor devido ao autoritarismo, à simples transmissão de conteúdo pelos professores, à simples memorização mecânica dos conteúdos pelos educandos. Segundo Freire, “o educador que castra a curiosidade do educando em nome da eficácia da memorização mecânica do ensino dos conteúdos, tolhe a liberdade do educando, a sua capacidade de aventurar-se. Não forma, domestica” (FREIRE, 2000, p 63). Apesar de seu aspecto opressor, muitos querem entrar na escola, pois fica claro que a inclusão social – sonho de ascensão social – como vimos até agora, está ligada à ela.

Paulo Freire ainda critica a ação simplesmente transmissora do saber do educador, *ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção* (Freire, 2004, p. 22).

A instituição escola, no Brasil, é uma das responsáveis pela desigualdade entre os indivíduos, na medida em que “certifica” aqueles que por ela passam, conferindo-lhes não só conhecimentos, mas também regalias. Pior que isso, no entanto, é que não há nenhuma garantia de sucesso para aqueles que foram incluídos em seu sistema. Isso porque a escola está longe de ser uma instituição onde o exercício da democracia e da liberdade opera e, portanto, não se pode esperar que seja ela que vá favorecer o surgimento de um indivíduo que se torne crítico, faça suas escolhas e assuma as escolhas feitas, além de exercer sua autonomia com responsabilidade mesmo em ambientes hostis.

Angeli, por meio de sua charge, levou-nos a refletir acerca da problemática da inclusão social do indivíduo e o papel que a escola representa nessa inclusão.

É possível traçar um paralelo com o processo de globalização que, como dissemos, é muito desigualmente distribuído entre regiões. A dificuldade em fazer parte deste mundo globalizado aumenta a cada dia e a disparidade entre os incluídos e os indivíduos periféricos só aumenta.

A escola, hoje, como está representada na charge, não cumpre o seu papel na inclusão social como se deveria, antes, desestimula os educandos já que nem todos tem acesso a educação.

Saber que devo respeito à autonomia, à dignidade e a identidade do educando e, na prática, procurar a coerência com este saber, me leva inapelavelmente à criação de algumas virtudes ou qualidades sem as quais aquele saber vira inautêntico, palavreado vazio e inoperante. De nada serve, a não ser para irritar o educando e desmoralizar o discurso hipócrita do educador, falar em democracia e liberdade mas impor ao educando a vontade arrogante do mestre (FREIRE, 2004, p. 62).

A charge do cartunista Angeli possibilitou as reflexões neste artigo registradas, relativas à identidade cultural; à exclusão social, que vemos hoje no mundo globalizado; à autonomia (ou à falta dela) do sujeito pós-moderno e à escola e seu papel fundamental no processo de inclusão social.

ABSTRACT

Nowadays, the borders - social class, race, nationality, sexuality, ethnic - have been becoming less distinct. The social life has been ruled by a global market of styles, places and images. More and more has been said about post-modern man's identity crisis, about "cultural homogeneity", about the loss of national identity. This paper intends to briefly reflect on this post-modern man's identity and his autonomy taking into consideration one of Angeli's cartoons.

Keywords: Identity; autonomy; cartoon.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGELI FILHO, Arnaldo. <http://www2.uol.com.br/angeli/chargeangeli/chargeangeli.htm?imagem=167&total=235>. Acesso em: 15 jul. 2005.

ARAÚJO, Ulisses F. *Temas transversais e a estratégia de projetos*. São Paulo: Moderna 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Editora, 1986.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. *Pedagogia da indignação*. São Paulo: UNESP, 2000.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

SILVEIRINHA, Maria João. *A conformação das identidades nas democracias liberais*. Disponível em: <http://www.ubi.pt/temporaria/site_sociedade/introducao.htm>. Acesso em 20 jul. 2005.

SOUZA SANTOS, Boaventura. *Modernidade, identidade e a cultura de fronteira*. Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2001, p. 135-157.